

## **Abertura da Conferência**

### **“APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA (ALV): ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS”**

*Intervenção do Presidente do Conselho Económico e Social,*

*António Correia de Campos*

Esta conferência visa dar resposta a reiteradas preocupações sobre os nossos défices de formação profissional, quer inicial, quer ao longo da vida, manifestadas por empregadores e por trabalhadores, no Conselho Económico e Social. As soluções que têm sido encontradas podem ser aceitáveis, mas não são suficientes para colmatar o enorme atraso em que nos encontramos e para construir o futuro em bases duradouras. Vejamos sumariamente alguns dos principais problemas com que nos confrontamos:

- 52% da população portuguesa não completou o ensino secundário, valor muito superior aos 25 % da média europeia. O défice educacional de décadas e o abandono escolar precoce geram baixas qualificações, sendo causas remotas e próximas do nosso atraso.
- Em 2016, apenas 9,6% dos adultos portugueses frequentaram ações de aprendizagem ao longo da vida, o que contrasta com os 10,8% da média dos seus concidadãos europeus. Portugal não está a convergir com a União Europeia nesta matéria.

- Apenas 4,1% dos adultos com qualificações inferiores ao nono ano de escolaridade frequenta ações de aprendizagem ao longo da vida, o que contrasta com 20% dos adultos com formação superior. São os mais qualificados que mais beneficiam da ALV, aprofundando a divergência de qualificações.
- À medida que o desemprego diminui, é expectável que a desadequação entre as qualificações dos trabalhadores e as qualificações requeridas pelas empresas comece a aumentar. No momento em que todos nos congratulamos com a retoma do emprego, tornam-se mais agudos os problemas de adequação das qualificações.
- A instabilidade nos objetivos e a variabilidade das políticas, agudizada na recente crise, revelam ausência de estratégia consensual, com programas de grande alcance a serem descontinuados e relançados depois, gerando desperdício, perdas de energia e insegurança nos agentes de mudança. Carecemos de estratégias bem definidas e aceites por todos.
- As exigências de qualificação são cada vez mais diferenciadas e é provável que os recursos para ALV venham a tornar-se progressivamente escassos, com as previsíveis reduções dos apoios europeus. Não é possível regressar ao ponto de partida e começar tudo de novo, os fundos não regressam.

A ALV é vital para a manutenção da empregabilidade, da redução do desemprego, do combate à exclusão social e à promoção da igualdade de oportunidades. Mas é também essencial para a inovação e o aumento da produtividade. Razões que impõem uma abordagem pelos membros do CES,

órgão plural com capacidade de influenciar o Estado e os agentes económicos e sociais.

A ALV caracteriza-se pela variabilidade de modalidades e conteúdos, quer em função da variedade ou rigidez da oferta, quer em função das necessidades dos grupos alvo, determinadas tanto pela idade e passado dos destinatários, como pela necessária adequação à evolução do tecido produtivo.

Entretanto, o contexto tem-se tornado cada vez mais exigente.

Alterações demográficas muito acentuadas (regressão da natalidade, aumento da esperança de vida saudável, flutuações profundas na imigração e na emigração em função da economia) determinam oportunidades até aqui não identificadas, como a formação orientada para trabalhadores emigrantes, novas necessidades de capacitação para educadores e formadores, novos mercados de trabalho como o do trabalho social e voluntariado, bem como novos riscos, como o excesso de oferta de formação superior para profissões mais vulneráveis à redução da natalidade, ou o excesso de oferta de ensino em áreas em declínio por razões económicas ou tecnológicas. Por outro lado, a recente chamada de atenção para os problemas das zonas económica e demograficamente deprimidas, fazendo apelo nacional a valores de coesão social e territorial pode anular estigmas e privilégios se for acompanhada de incentivos que gerem novas oportunidades económicas. Aumentarão as exigências de oferta de meios de aprendizagem próximos dos locais a desenvolver, a par de riscos de permissividade, o que agudiza as exigências de qualidade da formação.

Não há aprendizagem sem agentes e destinatários. Era nosso dever trazê-los aqui hoje e dar-lhes a palavra. Os primeiros devem ser regulados de modo a induzirem procura não superior à necessária; os segundos devem ser estimulados na conta devida sem que os estímulos se confundam com meras medidas ativas de emprego. Se os incentivos são essenciais para animar o mercado, a sua desregulação ou excesso geram perversões dificilmente controláveis e quase sempre de difícil regressão. O mesmo se aplica às parcerias: se elas são bem-vindas, devem ser fixadas em regras claras.

Ao longo do dia de hoje, daremos a palavra a cerca de 30 agentes e destinatários da aprendizagem ao longo da vida, sem contar com as intervenções do público. Temos cerca de 200 participantes inscritos e registamos a aceitação das entidades oficiais ao nosso convite, cuja presença agradecemos. Começo por saudar desde já a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. António Almeida Henriques, que aceitou intervir nesta sessão de abertura, com a sua experiência de antigo governante e as preocupações de autarca. Tal como agradeço a presença e a palavra do Senhor Secretário de Estado do Emprego, o Dr. Miguel Cabrita, um distinto especialista em economia do trabalho, sabendo também que o próprio Ministro, Dr. José António Vieira da Silva, também aqui estaria, não fosse a circunstância de se encontrar no conselho de ministros europeu, em Bruxelas. Na sessão de encerramento aguardamos com interesse a opinião do nosso hospedeiro o Professor Doutor João Monney Paiva, presidente do Instituto Politécnico de Viseu e registaremos a presença interessada e ativa do Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Doutor João Marques da Costa, na impossibilidade de termos também

o Doutor Tiago Brandão Rodrigues, por razões ligadas à agenda do Conselho de Ministros de hoje.

Nos convites aos oradores procurámos vários equilíbrios, nem sempre fáceis: entre entidades empresariais e sindicais, entre agentes de formação inicial e agentes de formação ao longo da vida, entre universidades e institutos politécnicos, entre escolas profissionais privadas e públicas, entre associações de centros ou escolas de formação profissional públicas e privadas, entre antigos decisores de diferentes maiorias. Vários conselheiros do CES aceitaram moderar sessões e pedimos a dois especialistas que nos haviam ajudado a desenhar este programa, os Professores Doutores Júlio Pedrosa e Luís Capucha que aceitassem recolher a síntese dos trabalhos e recomendar conclusões. A todos estamos antecipadamente gratos. Desejamos a todos um bom dia de trabalho.